



## **TERMO DE REFERÊNCIA**

A necessidade de contratação de Instituição Financeira a ser credenciada pelo MUNICÍPIO, com a finalidade de prestação de serviços de arrecadação de Multas de Trânsito, através de depósito em Conta de Arrecadação única informada pelo Município, deduzida as tarifas administrativas a título de contraprestação do serviço prestado, com a retenção de 5% destinada à conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET, conforme previsto no parágrafo único do Art. 320 da Lei nº 9.530/97 regulamentado pela Portaria nº 985, de 29 de julho de 2022, do SENATRAN, proibida qualquer sobretaxa sobre esse mesmo serviço.

### **1. O OBJETO:**

Realização de um chamamento público com objetivo de Credenciamento de Estabelecimentos Bancários para Prestação de Serviços de Arrecadação de Multas de Trânsito, por um período de 05 (cinco) anos, nos termos da Lei 8.666/93.

### **2. DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

#### **2.1 OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

2.2. Executar a arrecadação de multas de trânsito sem ônus para os contribuintes;

2.3. Repassar ao município 95% (noventa e cinco por cento) do produto da arrecadação diária, no segundo dia útil subsequente ao da arrecadação, mediante crédito em Conta de Arrecadação informado pelo município;

2.4 Remeter ao município, até o segundo dia útil após a arrecadação, o arquivo retorno sobre as Guias arrecadadas com o detalhamento dos documentos arrecadados, em meio eletrônico, sem nenhum ônus adicional para o Município;

2.5. Receber a importância devida pelo contribuinte, mediante quitação efetuada por processo que ofereça segurança, responsabilizando-se por qualquer ação ou omissão de seus funcionários ou prepostos que ocorrer no processo de arrecadação e recolhimento da mesma, bem como pela segurança e guarda da documentação desde o recolhimento até a entrega junto ao MUNICÍPIO;

2.6. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

2.7. Pelo descumprimento do prazo estabelecido no item “2.3”, fica o estabelecimento bancário ou prestador de serviço congênere obrigado a creditar ao MUNICÍPIO o produto arrecadado acrescido da atualização monetária através da Taxa de Referência de Títulos Federais (Selic) a partir do terceiro dia útil subsequente ao da arrecadação até o dia do efetivo repasse, não eximindo o estabelecimento arrecadador de sofrer as sanções previstas neste edital e nas Leis civil e penal.

Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos de contrato de prestação de serviço.

### **3. DA PREVISÃO DE TARIFAS**

3.1. Pelos serviços relativos à arrecadação de multas de trânsito será paga a tarifa tabelada a seguir por documento arrecadado, independentemente da forma em que ocorreu a liquidação:



# Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

Descrição	Valor
TAA – Terminal de Autoatendimento	
Internet Banco	
Central AutoAtendimento	
Guichê de Caixa	
Correspondente Bancário	
PIX e Outros Canais	
Redisposição de Arquivo Retorno	

3.2. A Instituição Financeira poderá se credenciar mediante solicitação de Credenciamento e Declaração de Aceitação dos Preços das Tarifas.

3.3. A Instituição Financeira poderá optar pelos canais de recebimento de seu interesse.

## 4. DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. A Instituição Financeira a ser credenciada repassará para o MUNICÍPIO, 95% (noventa e cinco por cento) por meio de depósito em Conta de Arrecadação única informada pelo Município, com a retenção de 5% destinado a conta do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET, conforme previsto no parágrafo único do Art. 320 da Lei nº 9.530/97 regulamentado pela Portaria nº 985, de 29 de julho de 2022, do SENATRAN, proibida qualquer sobretaxa sobre esse mesmo serviço.

4.2. No aviso de débito enviado pela Credenciada deverá constar o valor da tarifa a título de contraprestação pelo serviço prestado;

4.3. Os valores serão fixos e irrevogáveis durante o período de 12 (doze) meses.

4.3.1. Após os primeiros 12(doze) meses, havendo a prorrogação do contrato, o mesmo poderá ser reajustado através de uma nova pesquisa de mercado nos termos da legislação vigente.

## 5. CONTRATO

5.1. Será firmado o Contrato de Prestação de Serviços que terá **prazo de vigência de 12 (doze) meses**, após assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério do **MUNICÍPIO DE BIRIGUI**, até o limite disposto no inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

5.2. O MUNICÍPIO abrirá uma conta única de arrecadação, para fins de recebimento das multas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, na qual as credenciadas deverão repassar a essa conta única, devendo manter a conta durante a vigência do contrato.

**ELIZEU FRAGA DO REGO**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA



# *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80